

DIREITO PENAL

1. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Uma das diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa reside em que na primeira há um conflito entre titulares de bens ou interesses juridicamente protegidos, enquanto na segunda há um conflito entre o titular de um bem ou interesse juridicamente protegido e um agressor.

(B) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica são causas excludentes de ilicitude.

(C) Na *aberratio ictus*, também conhecida como erro na execução do crime, o agente responde pelo crime efetivamente cometido contra o terceiro inocente, como se este fosse a vítima pretendida.

(D) Na *aberratio criminis*, o sujeito atinge bem jurídico diverso daquele que pretendia acertar, cometendo um crime no lugar do outro.

2. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo (*sursis*), o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

(B) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

(C) Havendo mais de uma qualificadora no mesmo crime, não é possível utilizar uma delas para qualificar o delito e as demais como circunstâncias judiciais desfavoráveis na primeira etapa da aplicação da pena.

(D) A culpa consciente difere do dolo eventual porque neste o agente prevê o resultado e não se importa que ele ocorra, enquanto naquela o agente prevê o resultado mas não o aceita.

3. Caio é policial federal e trabalha na delegacia de controle de imigração. Entre suas funções, encontra-se a atividade de conferir os documentos apresentados por aqueles que desejam entrar no país e nele permanecer. Em determinada ocasião, o imigrante Salim comparece na delegacia com toda a documentação necessária para obter seu visto de permanência no Brasil. Caio entra de licença médica em decorrência de problemas renais. Durante sua licença, Caio estabelece contato telefônico com Salim e exige o pagamento de R\$ 3.000,00 para analisar a papelada, ao que ele, temeroso, concorda.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Caio praticou o crime de corrupção passiva,

enquanto Salim praticou o delito de corrupção ativa.

(B) Caio praticou o crime de abuso de autoridade, enquanto Salim não praticou nenhum delito.

(C) Caio praticou o delito de extorsão, visto que no momento da exigência encontrava-se afastado de suas funções.

(D) Caio praticou o delito de concussão, ainda que não tenha recebido o dinheiro.

4. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) No crime de estelionato previdenciário (art. 171, §3º, CP) a devolução à Previdência Social, antes do recebimento da denúncia, da vantagem percebida ilicitamente, não extingue a punibilidade do crime, podendo a iniciativa, eventualmente, caracterizar arrependimento posterior (art. 16, CP).

(B) Nos crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A, CP), o pagamento do débito previdenciário após o trânsito em julgado da sentença condenatória acarreta a extinção da punibilidade.

(C) O rol de causas de extinção da punibilidade previsto no art. 107 do Código Penal é taxativo, inexistindo outras hipóteses na legislação brasileira.

(D) A *abolitio criminis* é causa extintiva da punibilidade que se comunica aos coautores e partícipes, o que não ocorre com a decadência.

5. Em relação à Lei n. 7.496/86 (Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional), é **INCORRETO** afirmar:

(A) O agiota não se sujeita à incidência dos crimes previstos na lei em questão, visto que empresta dinheiro com recursos próprios, mediante a cobrança de juros.

(B) As empresas de consórcios podem ser consideradas instituições financeiras por equiparação.

(C) O crime de gestão fraudulenta (art. 4º, *caput*) é doutrinariamente classificado como crime próprio, que somente pode ser praticado pelas pessoas elencadas no art. 25 da lei de regência.

(D) O princípio da insignificância aplica-se aos crimes contra o sistema financeiro.

6. Após roubar um veículo, Tício adquire com outros criminosos um Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) original em branco. Tal documento foi furtado do Detran/MS. Em seguida, Tício preenche o documento com dados de outro veículo, com características semelhantes às daquele que roubou. Durante operação da Polícia Rodoviária Federal, Tício é abordado e os policiais verificam que

o veículo que ele dirige não é o mesmo veículo cujos dados constam no documento.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Tício não é funcionário público, dessa forma, a falsificação por ele cometida é de documento particular.

(B) O documento adulterado foi objeto de uma falsidade material.

(C) O documento adulterado foi objeto de uma falsidade ideológica.

(D) Tício responde apenas pelo roubo do veículo, ficando o delito de falsidade por ele absorvido.

7. Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O crime de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48, Lei n. 9.605/98) é de natureza permanente e sua consumação se alonga no tempo em que o agente continuar impedindo a regeneração natural da vegetação afetada.

(B) A responsabilização das pessoas jurídicas nos termos da Lei n. 9.605/98 exclui a responsabilidade das pessoas físicas que nela tenham exercido qualquer função gerencial ou administrativa.

(C) Segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, tornou-se desnecessária a dupla imputação (empresa e diretor) nos crimes ambientais.

(D) O princípio da insignificância somente pode ser aplicado aos crimes ambientais em hipóteses excepcionais, afastando-se sua incidência, em princípio, em pesca realizada durante o período de defeso, dada a maior reprovabilidade e lesividade da conduta.

DIREITO PROCESSO PENAL

8. Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A norma processual que simplesmente altera o rito procedimental, sem qualquer repercussão no direito material, tem aplicação imediata (*tempus regit actum*), sendo irrelevante a data do crime.

(B) No caso em que, após iniciada a ação penal perante determinado juízo, ocorra a modificação da competência em razão da investidura do réu em cargo que atraia foro por prerrogativa de função, serão inválidos os atos processuais anteriores.

(C) A lei processual penal não admitirá a interpretação extensiva e aplicação analógica, visto que afrontam as garantias constitucionais.

(D) Eventual norma que altere o prazo de decadência de determinada ação possui natureza exclusivamente processual.

9. Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A prática de ato infracional durante a adolescência pode servir de fundamento para a decretação da prisão preventiva.

(B) O princípio do livre convencimento motivado do juiz não permite que ele indefira provas requeridas pela parte, ainda que as considere impertinentes.

(C) O ordenamento pátrio não permite o aproveitamento da prova que tenha laço com prova cuja origem é viciada, ainda que seja independente em relação a ela, dada a inevitabilidade de sua descoberta.

(D) A decisão que versa sobre a prisão processual tem natureza cautelar e, por isso, pode ser revista a qualquer tempo pelo magistrado, exceto de ofício.

10. Assinale a alternativa CORRETA, segundo a jurisprudência do STF:

(A) A citação com hora certa não pode ser utilizada no processo penal, visto ser modalidade fictícia de comunicação dos atos jurídicos, afrontando o direito à ampla defesa garantido pela Constituição Federal.

(B) É nulo o processo penal em razão das irregularidades detectadas no inquérito, pois as nulidades processuais não concernem somente aos defeitos de ordem jurídica que afetem os atos praticados na ação penal.

(C) A demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício é essencial à alegação de nulidade, seja ela relativa ou absoluta, aplicando-se o princípio "*pas de nullité sans grief*" a ambos os casos.

(D) Há nulidade na utilização de prova emprestada em processo criminal, ainda que exista decisão judicial de compartilhamento.

11. Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Uma vez oferecida a denúncia, os bens apreendidos devem ser restituídos ao seu proprietário, visto não mais interessarem ao processo.

(B) Após o trânsito em julgado da ação, os bens apreendidos devem ser restituídos ao seu proprietário, visto não mais interessarem ao processo.

(C) Caso ocorra a prescrição da punibilidade, os bens do acusado devem ser restituídos, independente de sua natureza ou origem.

(D) A restituição de bens, quando cabível, poderá ser

ordenada pela autoridade policial ou juiz, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

12. A competência da Justiça Federal é orientada pela Constituição Federal. Nestes termos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) A competência para processar e julgar o delito de tráfico de drogas praticado por meio de remessa encaminhada via Correios é do juízo do local da apreensão do entorpecente, e não do lugar do destino.

(B) São de competência federal as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, inclusive as contravenções.

(C) O crime de pedofilia ou pornografia infantil pode ser de competência federal.

(D) Em se tratando de crime ambiental praticado em rio interestadual, evidencia-se a competência da Justiça Federal.

13. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) A sentença homologatória de transação penal não é capaz de obstar o prosseguimento da ação penal, em caso de descumprimento das condições impostas.

(B) A transação penal é oferecida antes mesmo do início da ação penal, durante a audiência prévia de conciliação, não sendo necessário o oferecimento da denúncia.

(C) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de 01 ano.

(D) O acusado possui direito subjetivo à aplicação da transação penal, não cabendo nenhuma discricionariedade à acusação.

14. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) O princípio da voluntariedade dos recursos não se aplica ao processo penal, tendo em vista a necessidade de se assegurar a ampla defesa garantida pela Constituição Federal.

(B) O Ministério Público poderá desistir do recurso por ele interposto, caso verifique a conveniência dessa medida.

(C) A jurisprudência pátria admite a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao processo penal, que consiste no recebimento de um recurso por outro, ausente a má-fé ou erro grosseiro e observado o

prazo do recurso correto.

(D) A parte poderá interpor recurso em face de toda sentença penal, independente do interesse recursal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. No que se refere à atuação do Ministério Público no Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

(A) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.

(B) Atuando o Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, poderá requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer, mas não lhe caberá produzir provas.

(C) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica exclusivamente nas hipóteses previstas no CPC.

(D) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

16. Sobre a competência no Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

(A) Tramitando o processo perante a Justiça Estadual, os autos serão remetidos à Justiça Federal se a União nele intervier antes do início da fase de instrução.

(B) O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito de competência se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

(C) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

(D) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

17. No que tange à matéria recursal, é **CORRETO** afirmar:

(A) Após o recebimento do recurso pelo juiz, o recorrente somente poderá dele desistir com a anuência do recorrido.

(B) Excetuado o agravo de instrumento, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de quinze dias.

(C) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e

devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

(D) O juiz não receberá o recurso de apelação quanto a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ ou do STF.

18. De acordo com a interpretação literal do Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

(A) Não caberá agravo de instrumento contra as decisões que versarem sobre competência.

(B) Somente caberá agravo de instrumento contra as decisões que versarem sobre competência absoluta.

(C) Somente caberá agravo de instrumento contra as decisões que versarem sobre competência relativa.

(D) Caberá agravo de instrumento contra as decisões que versarem sobre competência.

19. Sobre o regramento da prova no Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

(A) Caberá exclusivamente ao juiz, de ofício, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

(B) O juiz poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, por ocasião da prolação da sentença.

(C) A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes quando recair sobre direito disponível da parte.

(D) A produção antecipada da prova não é admitida.

20. Acerca da sentença e da coisa julgada no Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

(A) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

(B) Considera-se fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, mesmo que deixe de enfrentar um dos argumentos deduzidos no processo capaz de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

(C) A sentença proferida contra a União não está sujeita ao duplo grau de jurisdição.

(D) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, intimará o réu para o cumprimento da obrigação.

21. Sobre a ação civil pública, é **INCORRETO** afirmar:

(A) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

(B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

(C) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

(D) Em caso de desistência fundamentada da ação, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

DIREITO CIVIL, AMBIENTAL E DO CONSUMIDOR

22. Quando a lei for omissa, poderá o juiz decidir de acordo com:

(A) O direito comparado.

(B) A sua consciência.

(C) A analogia.

(D) O direito consuetudinário.

23. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

(B) Salvo por exigência médica ou ato voluntário, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

(C) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

(D) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

24. De acordo com o Código Civil, corre a prescrição:

(A) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

(B) Contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

(C) Pendendo condição resolutiva.

(D) Pendendo ação de evicção.

25. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, não se dará:

(A) Por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, quando o interessado não a promover no prazo e na forma da lei processual.

(B) Por protesto cambial.

(C) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

(D) Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

26. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

(A) Sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(B) Trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(C) Sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(D) Noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

27. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

(B) obsta a decadência a instauração de inquérito policial, até seu encerramento.

(C) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

(D) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

28. Para assegurar a efetividade do direito ao meio

ambiente ecologicamente equilibrado, **NÃO** incumbe ao Poder Público:

(A) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

(B) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

(C) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo que a utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção somente serão possíveis através de lei.

(D) Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

29. Considere as assertivas relacionadas aos poderes administrativos:

I - A punição decorrente do poder disciplinar e a resultante da Justiça Criminal têm fundamentos idênticos quanto à natureza e à substância das penas, diferenciando-se apenas quanto ao seu grau.

II - Poder vinculado é aquele que a Lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários a sua formação.

III - A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e a finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a Lei dispõe, como para qualquer ato vinculado.

IV - O poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os agentes públicos em geral para avocar funções atribuídas a subordinados ou rever atos, invalidando-os de ofício, podendo ser delegado a qualquer subordinado.

V - A delegação deriva do poder hierárquico, ocorrendo quando o chefe superior chama para si as questões afetas ao seu subalterno.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

(A) I, II e III

(B) I, II e IV,

(C) II, III e V

(D) II e III

30. No tocante à Lei de Improbidade Administrativa, é **CORRETO** afirmar:

(A) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa Lei podem ser propostas até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

(B) A aplicação das sanções previstas nessa Lei depende da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

(C) As disposições dessa Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade.

(D) A autoridade administrativa competente somente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

31. A Administração Pública submete-se, nas suas atividades típicas, nos termos da lei, ao controle do:

(A) Judiciário, no que concerne aos aspectos de oportunidade e conveniência, e do Legislativo no que concerne aos aspectos de legalidade.

(B) Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, que promove controle de legalidade e economicidade, dentre outros aspectos, nos termos da lei.

(C) Judiciário quanto aos aspectos de legalidade e discricionariedade, e da própria administração, em nível superior, quanto aos aspectos de discricionariedade.

(D) Legislativo, no que concerne ao juízo de oportunidade e conveniência, e ao Tribunal de Contas, no que concerne à legalidade de seus atos.

32. Em relação ao controle da Administração Pública, assinale a opção **CORRETA**:

(A) O Ministério Público, no exercício da atividade administrativa, pode exercer controle administrativo, inclusive para revogar seus próprios atos.

(B) Ajuizada a ação competente pelo Ministério Público, no exercício do controle externo, para discutir conduta de servidor que configure ato de improbidade, não poderá ser instaurado processo administrativo disciplinar contra esse servidor, em decorrência da vedação ao "bis in idem".

(C) Tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Judiciário exercem controle dos atos da Administração Pública, mas, devido à garantia constitucional de independência entre os poderes, a apreciação desses atos por esses poderes restringe-se aos aspectos de legalidade.

(D) O poder de autotutela da Administração Pública

pode ser exercido de ofício apenas no que se refere à análise da legalidade, devendo, no caso de insurgência referente ao mérito do ato administrativo, ser provocado pelo interessado, mediante recurso.

33. No tocante à concessão de serviços públicos, reversão é:

(A) A perda da delegação do serviço em razão da inexecução parcial ou total pelo concessionário, após processo administrativo em que lhe tenha sido assegurada a ampla defesa.

(B) A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

(C) O direito atribuído ao proprietário expropriado de pleitear a devolução de bens desapropriados pela concessionária que não foram efetivamente utilizados para a prestação do serviço público.

(D) A incorporação, pelo poder concedente, dos bens necessários à continuidade da prestação do serviço público, após a extinção do contrato de concessão.

34. O artigo 100 da Constituição Federal estabelece que os pagamentos devidos pela fazenda dar-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, à exceção dos créditos de natureza alimentícia. O pagamento fora desta ordem representa violação ao princípio da:

(A) Impessoalidade.

(B) Finalidade.

(C) Discricionariedade.

(D) Supremacia do interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

35. No tocante aos critérios tradicionais apontados pela doutrina, pode-se classificar a Constituição da República de 1988 como:

(A) Promulgada, material, analítica, consuetudinária, histórica

(B) Outorgada, formal, sintética, escrita, histórica

(C) Cesarista, material, analítica, consuetudinária, dogmática

(D) Promulgada, formal, analítica, escrita, dogmática

36. Em relação à respectiva eficácia e aplicabilidade, assinale a alternativa que corresponde a uma norma constitucional de eficácia contida na Constituição da República de 1988:

(A) "O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal." (art. 44)

(B) "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer." (art. 5º, inciso XIII)

(C) "Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar." (art. 18, §2º)

(D) "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (art. 196)

37. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. O seu exercício está sujeito a limitações formais e materiais;
- II. Tem por finalidade levar ao conhecimento do Poder Público, independentemente do pagamento de taxas, a informação ou notícia de um ato ou fato ilegal, abusivo ou contra direitos, para que sejam implementadas as medidas necessárias;
- III. Possibilidade de a Corte Constitucional declarar a constitucionalidade de uma interpretação da norma jurídica, afastando as demais interpretações, mantendo-a no ordenamento.

As assertivas acima elencadas relacionam-se, respectivamente, a:

(A) Poder constituinte decorrente, mandado de segurança e mutação constitucional.

(B) Poder constituinte originário, reclamação e sentença normativa.

(C) Poder constituinte derivado, direito de petição e interpretação conforme a constituição.

(D) Poder constituinte originário, habeas data e repristinação.

38. De acordo com a Constituição da República de 1988, é **CORRETO** afirmar que:

(A) O transporte é considerado direito social.

(B) Não é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

proporcionar os meios de acesso à inovação.

(C) As entidades associativas não têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(D) Nos casos de perda de mandato de Deputado ou Senador e de apreciação de veto, há votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.

39. Em relação ao Ministério Público, é **CORRETO** afirmar:

(A) O Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e os Ministérios Públicos dos Estados.

(B) Ao membro do Ministério Público é vedado exercer qualquer outra função pública.

(C) É função institucional do Ministério Público zelar pelo respeito ao direito de acesso à informação em face dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública.

(D) Ao membro do Ministério Público, no exercício de suas funções institucionais, cabe requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial imotivadamente.

40. De acordo com a Constituição da República de 1988, é **CORRETO** afirmar que:

(A) Cabe ao Ministério Público Federal representar a União, judicial e extrajudicialmente.

(B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

(C) A legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade é exclusiva do Procurador-Geral da República.

(D) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se tão somente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Boa prova!